

CONCURSO PÚBLICO
GUARDA DE ARCOVERDE (PE) - MANHÃ



GUARDA MUNICIPAL

INSTITUTO
igeduc
CONCURSOS E SELEÇÕES COM INTEGRIDADE

100 QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de ELIMINAÇÃO do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital**; levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, OBRIGATORIAMENTE, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será ELIMINADO.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

- Cada um dos itens desta prova objetiva está vinculado a um comando que o antecede, permitindo, portanto, que o candidato marque, no cartão resposta, para cada item: o campo designado com o código V, caso julgue o item CERTO, VERDADEIRO ou CORRETO; ou o campo designado com o código F, caso julgue o item ERRADO, FALSO ou INCORRETO.
 - Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva, o qual deve ser preenchido com cuidado pois marcações incorretas, rasuras ou a falta de marcação anularão a questão.
 - Para a análise dos itens (proposições / assertivas), considere seus conhecimentos, o teor do item e, quando aplicável, o texto a ele vinculado.
 - Nos itens que avaliam conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
 - Você poderá consultar a cópia digital desta prova, dos gabaritos preliminar e final e acessar o formulário de recursos em concursos.igeduc.org.br.
-

**QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
(de 1 a 70)**

Julgue os itens subsequentes.

01. O regime de semi-liberdade no Estatuto da Crianças e Adolescente (Lei Federal nº 8.069/90), restringe completamente o acesso do adolescente a atividades externas para garantir maior controle comportamental e segurança.
02. Segundo a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), a violência física é a única forma de violência doméstica reconhecida legalmente contra a mulher.
03. Na legislação de crimes ambientais, Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, as penas restritivas de direitos aplicáveis a pessoas jurídicas incluem a interdição temporária de direitos, como a proibição de contratar com o Poder Público e de receber incentivos fiscais.
04. De acordo com a Lei Maria da Penha, a violência doméstica e familiar contra a mulher é exclusiva das relações heterossexuais.
05. Descumprir medidas protetivas de urgência da Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, é considerado crime, com penalidades que variam de 3 meses a 2 anos de detenção, independentemente da jurisdição do juiz que as deferiu.
06. A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) inclui entre suas medidas o atendimento policial e pericial especializado, preferencialmente realizado por servidores do sexo feminino.
07. O aumento das violações financeiras contra idosos é predominantemente causado por falhas nos sistemas bancários, e não por ações de familiares ou conhecidos. Assim, ao deparar-se com um caso de flagrante ato ilícito contra as finanças de um idoso, o Guarda Municipal deve imediatamente conduzir o gerente da instituição financeira para a autoridade policial competente.
08. A fraude processual é caracterizada apenas quando há alteração intencional de evidências durante um processo penal já iniciado.
09. Todo cidadão que deseja adquirir uma arma de fogo de uso permitido deve comprovar a efetiva necessidade desse equipamento, além de idoneidade e capacidade técnica e psicológica para possuir um armamento.
10. O feminicídio, à luz do artigo 121, § 2º, inciso VI, do Código Penal, é tratado com a mesma severidade que o homicídio simples, sem quaisquer agravantes específicos relacionados às circunstâncias em que a mulher é assassinada por questões de gênero.
11. Ao prestar primeiros socorros em um ambiente com risco de incêndio ou explosão, é fundamental realizar uma avaliação inicial do local para identificar a presença de fogo, fios elétricos soltos, fumaça ou gases tóxicos antes de socorrer a vítima.
12. A legislação ambiental brasileira (especificamente a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998), estabelece que tanto pessoas físicas quanto jurídicas podem ser responsabilizadas por crimes contra o meio ambiente, incluindo penalidades civis, administrativas e penais para ambas.
13. É seguro e aconselhável mover uma vítima de acidente de trânsito para torná-la mais confortável antes da chegada do socorro profissional, caso ela não apresente sinais de fraturas ou lesões graves.
14. Na legislação de crimes ambientais, Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, é prevista a substituição de penas privativas de liberdade por restritivas de direitos para delitos menos graves, demonstrando a flexibilidade do sistema penal em relação à natureza do crime.
15. Conforme o Art. 1º da Constituição de 1988, é correto afirmar que a República Federativa do Brasil é fundamentada no pluralismo político, entre outros valores. Esse princípio implica a aceitação de várias correntes políticas, desde que respeitem o sistema democrático.
16. Dados anonimizados, conforme definido pela LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), são aqueles que não podem ser associados ao titular por qualquer meio técnico razoável disponível, permitindo seu tratamento sem as restrições aplicáveis aos dados pessoais.

17. O Art. 5º da Constituição Federal afirma que a manifestação do pensamento é livre e o anonimato é uma forma permitida de expressão, garantindo a privacidade do indivíduo.
18. A indução de vômito é um procedimento recomendado em todos os casos de envenenamento por ingestão, pois ajuda a evitar a absorção de toxinas pelo corpo.
19. O registro de arma de fogo pode ser realizado em qualquer delegacia de polícia civil ou militar no território nacional.
20. A exploração financeira é uma forma de abuso que envolve o uso indevido dos recursos financeiros da pessoa com deficiência sem seu consentimento explícito.
21. A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), permite que o juiz determine o afastamento do agressor do domicílio para proteger a vítima, sem afetar seus direitos relacionados a bens, alimentos e guarda dos filhos.
22. Os casos de violência contra idosos são mais frequentemente perpetrados por estranhos, sem qualquer vínculo familiar ou de cuidado com a vítima. Logo, não se faz necessário perguntar à vítima se ela conhece seu agressor, nem mesmo se pode identificá-lo, pois provavelmente esse idoso não terá condições de responder a tais questionamentos por parte do Guarda Municipal.
23. Os planos de emergência devem ser focados exclusivamente em incêndios, pois são as ocorrências mais frequentes nas organizações brasileiras e prédios públicos do nosso País.
24. Na legislação brasileira, a competência para julgar processos judiciais decorrentes de infrações ambientais pode ser tanto da justiça federal quanto da estadual, dependendo da localização do dano e se os interesses afetados são de âmbito regional ou nacional. A justiça federal é competente quando o dano ambiental envolve bens, serviços ou interesses da União, conforme estabelecido na Constituição Federal e detalhado na Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, conhecida como Lei de Crimes Ambientais.
25. A Lei do Desarmamento, Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, permite que qualquer cidadão, sem restrições, adquira munições em quantidade ilimitada, desde que registradas.
26. A negligência é uma forma de violência passiva contra pessoas com deficiência, caracterizada pela falta de cuidados adequados, alimentação insuficiente e indisponibilidade de medicamentos, mesmo quando é possível ter acesso a tais recursos.
27. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, conforme estabelecido pelo artigo 70 do Estatuto da Criança e do Adolescente.
28. No SINARM, Sistema Nacional de Armas, é obrigatório cadastrar as transferências de propriedade de armas de fogo, assim como os casos de extravio, furto ou roubo.
29. A Lei nº 9.605/1998 estabelece que a prestação de serviços à comunidade, incluindo tarefas em parques e unidades de conservação, é uma pena restritiva de direitos em crimes ambientais, visando à reparação direta ao meio ambiente.
30. Drogas ilícitas, como barbitúricos e anfetaminas, são permitidas para consumo pessoal em qualquer contexto dentro do Brasil, sendo utilizadas livremente na sociedade, sem restrições legais contra qualquer quantidade ou forma de uso. Assim, o Guarda Municipal pode abster-se de deter um indivíduo que transporta tais substâncias em quantidade superior a 900 gramas.
31. De acordo com o Art. 2º da Constituição de 1988, os Poderes da União, que são o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, devem atuar de forma independente, mas harmonicamente integrados para assegurar a governabilidade e a eficácia administrativa.
32. O Guarda Municipal deve estar qualificado para identificar casos de violência psicológica contra pessoas com deficiência. Tais atos ilícitos podem incluir isolamento social, privações emocionais e impedimento de tomadas de decisões próprias. É possível, ainda, que essa violência seja causada por parentes da vítima.
33. A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), estipula que, em situações de violência doméstica, a mulher deve ser acompanhada por um advogado em todos os atos processuais, garantindo suporte legal adequado.
34. No Código Penal brasileiro, especificamente no artigo 121, §4º, está previsto que, em casos de homicídio culposo, a pena do agente pode ser aumentada de um terço, se houver inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente não prestar imediato socorro, não procurar minimizar as consequências do seu ato ou fugir para evitar a prisão em flagrante.
35. Um kit de primeiros socorros ideal deve estar equipado com instrumentos para pequenas cirurgias e administração de medicamentos, permitindo intervenções rápidas por profissionais de segurança ou qualquer indivíduo que venha prestar socorro em uma situação de emergência.
36. O ECA (Estatuto da Criança e Adolescente), Lei nº 8.069, define que, após o período máximo de internação, a liberação do adolescente é automática, sem a necessidade de nova avaliação ou autorização judicial.
37. Negligência e abandono de idosos são considerados comportamentos aceitáveis dentro de instituições de longa permanência devido à sobrecarga de trabalho dos profissionais que ali atuam.
38. O plano de emergência tem como objetivo principal garantir a segurança dos colaboradores e minimizar danos em caso de acidentes, sendo necessário sua implementação e treinamento adequado.
39. O artigo 121 do Código Penal estabelece penas idênticas para o homicídio de adultos e de menores de 14 anos, sem prever quaisquer circunstâncias agravantes ou específicas que diferenciem a gravidade dos crimes baseada na idade das vítimas.
40. O abuso psicológico contra idosos é considerado uma contravenção penal leve que raramente resulta em penalidades significativas para o agressor.
41. A Lei nº 13.022, de 2014, estabelece que as guardas municipais devem atuar na proteção dos bens, serviços e instalações dos seus respectivos Municípios, além de colaborar com os órgãos de segurança pública em ações conjuntas.

42. O Art. 3º da Constituição de 88 delinea que entre os objetivos fundamentais do Brasil está a garantia do desenvolvimento nacional, incluindo políticas que promovam economicamente todas as regiões do país de forma equilibrada.
43. Segundo a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), o tratamento de dados pessoais para fins jornalísticos está completamente isento de seguir os princípios gerais de proteção e os direitos do titular dos dados.
44. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, permite que adolescentes sejam submetidos à pena de reclusão em estabelecimentos prisionais comuns em casos de crimes graves.
45. O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, permite a internação de adolescentes por tempo indeterminado, conforme necessidade de reabilitação e decisão judicial.
46. A planta de risco é um componente obrigatório em um plano de emergência, facilitando o acesso e a orientação das equipes de emergência no ambiente de trabalho.
47. As câmeras de segurança infravermelhas são essenciais para sistemas de segurança eletrônica, pois permitem a captação de imagens claras em condições de baixa luminosidade, facilitando a identificação de indivíduos e objetos à noite.
48. Apenas a Polícia Federal está autorizada a registrar armas de fogo no Brasil, excluindo qualquer participação das Forças Armadas neste processo.
49. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) se aplica a todas as operações de tratamento de dados realizadas no Brasil, abrangendo tanto entidades públicas quanto privadas, independentemente de onde os dados estão localizados.
50. Os abusos sexuais contra pessoas com deficiência podem ser cometidos inclusive por indivíduos que detêm uma posição de autoridade ou confiança em relação à vítima. Assim, o Guarda Municipal, ao se deparar com uma possível ocorrência desse tipo de crime, pode considerar que até mesmo um parente da vítima pode ser o autor do delito.
51. De acordo com a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), as organizações não precisam informar os titulares quando seus dados pessoais são compartilhados com outros controladores, simplificando os processos de transferência de dados.
52. A implementação de tecnologias de segurança eletrônica elimina completamente a necessidade de segurança física nas instalações, tornando obsoletos os métodos tradicionais de proteção.
53. A Lei nº 13.022 permite que guardas municipais atuem em ações preventivas na segurança escolar, colaborando com atividades educativas nas escolas municipais.
54. A segurança eletrônica, ao utilizar câmeras IP e sistemas de alarme, opera de maneira autônoma sem necessidade de vigilância humana constante, reduzindo assim o número de segurança físicos no local.
55. A legislação vigente no Brasil ainda não produziu estatísticas específicas sobre a violência contra pessoas com deficiência, o que dificulta a compreensão plena do problema.
56. O Estatuto da Criança e do Adolescente permite formas leves de castigo físico como método educativo, desde que não causem dano físico ou psicológico.
57. A LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) determina que o consentimento para o tratamento de dados pessoais deve ser expresso de maneira livre, informada e inequívoca pelo titular, garantindo transparência nas operações de tratamento de dados.
58. A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) se aplica somente a mulheres que estejam legalmente casadas ou em união estável com o agressor.
59. É permitido o porte de arma de fogo aos integrantes das Forças Armadas e a agentes de segurança pública, conforme especificado pela legislação na Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003.
60. A negligência é um ato ilícito pouco frequente contra indivíduos com múltiplas deficiências. Assim, o Guarda Municipal deve eximir-se de reunir informações sobre a forma como a vítima recebia seus cuidados por parte do agressor em casos de flagrante desse tipo de crime.
61. De acordo com o Código Penal, em seu artigo 121, §1º, é permitida a redução da pena de homicídio quando o crime é cometido sob forte emoção, logo após uma provocação injusta da vítima, evidenciando a compreensão da legislação sobre o impacto do estado emocional no comportamento humano.
62. A maconha e o LSD são classificados como drogas estimulantes do sistema nervoso central. Assim, por serem frequentemente prescritas para o tratamento de doenças psiquiátricas, não é cabível ao Guarda Municipal comunicar à autoridade policial a identificação de indivíduo que esteja transportando tais substâncias, seja qual for a quantidade constatada.
63. Segundo o Art.162 do Código de Processo Penal (CPP), a autópsia pode ser realizada antes de seis horas após o óbito se os peritos julgarem possível pela evidência dos sinais de morte.
64. Segundo a Lei nº 13.022, de 2014, é obrigatório que todas as guardas municipais sejam subordinadas diretamente ao Poder Judiciário municipal para garantir a imparcialidade nas suas operações. Ou seja, as guardas municipais devem seguir o planejamento operacional estabelecido pela Promotoria da cidade em que atuam.
65. Segundo o Estatuto da Crianças e Adolescente (Lei Federal nº 8.069/90), a internação é uma medida aplicável a qualquer ato infracional, servindo como uma resposta inicial para garantir a disciplina e o respeito às leis.
66. Sistemas de segurança eletrônica modernos, como o NVR e o DVR Stand Alone, permitem o monitoramento remoto total e a gestão de incidentes sem qualquer interação humana, contribuindo para uma resposta automatizada às invasões.
67. De acordo com a Lei nº 13.022, de 2014, guardas municipais têm autorização para realizar investigações criminais, assim como a Polícia Civil.
68. Um plano de emergência eficaz pode ser elaborado sem a necessidade de análise de riscos prévia, contando apenas com a experiência pré-existente da equipe.

69. O tráfico de drogas ilícitas, como heroína e cocaína, contribui significativamente para a violência urbana, envolvendo desde a produção até a distribuição dessas substâncias, impactando negativamente na segurança pública e saúde comunitária.
70. A negligência contra pessoas idosas, incluindo a omissão de cuidados necessários, é uma forma comum de violência que pode causar sérios prejuízos físicos e emocionais às vítimas.

QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (de 71 a 100)

Julgue os itens subsequentes.

71. Em "Matheus ficará em nossa sala provisoriamente", o advérbio "provisoriamente" sugere uma condição temporária, indicando que a situação descrita está sujeita a mudanças futuras.
72. O Linux é um sistema operacional de código aberto e gratuito. Ele é amplamente utilizado em servidores web, sistemas embarcados e dispositivos móveis devido à sua flexibilidade e segurança.
73. Em orações coordenadas assindéticas, a ausência de conjunções não impede que as orações estejam sintaticamente conectadas através da pontuação, como em "Chegou, viu, venceu".
74. O substantivo "pesca", derivado do verbo "pescar", é um exemplo de derivação parassintética.
75. Em "Ela respondeu às claras, sem rodeios", as expressões "às claras" e "sem rodeios" são locuções adverbiais de modo que reforçam uma à outra, indicando transparência e direção na resposta.
76. No uso do correio eletrônico, a pessoa para quem se envia uma mensagem precisa estar online ao mesmo tempo que o remetente para que a mensagem seja recebida.
77. Em "Amor de mãe", a expressão "de mãe" é uma locução prepositiva que funciona como um advérbio, modificando a natureza do amor expresso.
78. Em "João fez o bolo e o comeu inteiro", a palavra "o" é um pronome oblíquo átono que funciona como objeto direto, substituindo "bolo".
79. O hífen é corretamente usado em "inter-racial" porque o prefixo "inter-" termina em "r" e a palavra seguinte começa com a mesma consoante.
80. O Microsoft Word utiliza somente o formato ODT (OpenDocument Text) para salvar documentos, garantindo maior compatibilidade com outros editores de texto.
81. O verbo "aceitar" em "Os termos foram aceitos pela equipe" exemplifica um verbo abundante, que admite mais de uma forma no particípio: "aceitado" e "aceito".
82. Em "O mesmo problema ocorre com todos os alunos", o uso do artigo definido "o" antes de "mesmo" e "os" antes de "alunos" indica que tanto o problema quanto os alunos são previamente conhecidos pelo leitor ou ouvinte.
83. O Windows é mais seguro que o Linux contra ataques de vírus e malware devido ao seu amplo suporte de hardware e facilidade de uso.
84. É correto afirmar que fazer backup em nuvem é simplesmente transferir arquivos da empresa para plataformas de compartilhamento como o Google Drive, sem necessidade de procedimentos adicionais de segurança.
85. O UC Browser é amplamente utilizado como navegador padrão no Brasil para desktops, sendo conhecido por sua popularidade e avançados recursos de segurança.
86. É correto afirmar que todos os provedores de correio eletrônico, como Gmail, Outlook e Yahoo!, oferecem exatamente as mesmas ferramentas e funcionalidades aos seus usuários.
87. Antispywares são desenvolvidos especificamente para combater spywares e adwares, oferecendo proteção mais efetiva contra esses malwares em comparação com antivírus convencionais, que lidam com uma gama mais ampla de ameaças mas podem não ser tão focados nesses tipos específicos.
88. Os keyloggers, que são um tipo de spyware, podem ser integralmente bloqueados por um firewall, visto que este dispositivo é projetado para monitorar e controlar todo o tráfego de rede, prevenindo assim a instalação de qualquer malware.
89. Atualizar regularmente o sistema operacional e os aplicativos é uma prática recomendada para fortalecer a segurança dos computadores contra vírus e outros tipos de malwares.
90. Em "Eu faço meu dever todos os dias", o verbo "fazer" exemplifica um verbo irregular, mantendo a raiz, mas alterando suas terminações em diversas formas, como na primeira pessoa do singular do presente do indicativo.
91. Na frase "Meu eu sempre está em busca de algo", o termo "eu" é um exemplo de substantivação, transformando-se de um pronome pessoal do caso reto em um substantivo.
92. Substantivos comuns de dois gêneros, como "cônjuge" e "vítima", mantêm a mesma forma, independentemente do gênero da pessoa a que se referem, diferenciando-se de outros tipos de substantivos que variam de forma para indicar gênero.
93. Em "Casa grande", o termo "grande" é um exemplo de adjetivo no grau comparativo de superioridade, indicando que a casa é maior do que outras casas referenciadas anteriormente.
94. Um computador infectado por um vírus sempre apresentará uma lentidão acentuada, travamentos e pop-ups, tornando a detecção de malwares uma tarefa simples para o usuário médio.
95. Backup em nuvem é uma solução acessível e viável para qualquer tipo de negócio, independentemente do tamanho da empresa ou da qualidade da conexão de internet disponível.
96. O Microsoft Edge se destaca como um navegador multiplataforma, oferecendo uma interface organizada e recursos avançados de segurança, como bloqueador de anúncios integrado.
97. O LibreOffice Writer é um editor de texto de código aberto e gratuito, permitindo o download, uso e modificação sem restrições. A plataforma utiliza o formato ODT (OpenDocument Text), que facilita a interoperabilidade com outros programas que suportam este padrão.

98. Após as mudanças implementadas pelo Acordo Ortográfico, o uso do acento diferencial em palavras homógrafas foi largamente eliminado, exceto para diferenciar 'pôr' (verbo) de 'por' (preposição) e 'pôde' (pretérito perfeito do verbo poder) de 'pode' (presente do verbo poder).
99. A frase "Assim que terminar o jantar, vou ao cinema" é um exemplo de oração coordenada.
100. A proliferação de informações falsas nas redes sociais pode ser atribuída, em parte, ao fenômeno da "câmara de eco", no qual usuários são expostos predominantemente a conteúdos que reforçam suas prévias convicções e opiniões.

RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

RASCUNHO